JNT FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL
ISSN: 2526-4281 - ANO 2026 - MÊS DE OUTUBRO
Ed. 78. Vol. 1 - Págs. 270-286
DOI: 10.5281/zenodo.23540649



CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

QUALIS A2



TRABALHO INVISÍVEL, RESISTÊNCIA VISÍVEL: TERRITORIALIDADES E RELAÇÕES DE PODER NO COMÉRCIO AMBULANTE FEMININO EM ARAGUAÍNA, TOCANTINS[1]

INVISIBLE LABOR, VISIBLE RESISTANCE: TERRITORIALITIES AND POWER RELATIONS AMONG FEMALE STREET VENDORS IN ARAGUAÍNA, TOCANTINS

Iago Silva DIAS[2]
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
E-mail: iago.cerratotecnico@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0009-0001-3456-0394

RESUMO

Analisa-se, em perspectiva teórica e interdisciplinar, a produção de territorialidades por mulheres vendedoras ambulantes em Araguaína, Tocantins, considerando relações de poder, trabalho informal, gênero, raça e identidade cultural. O objetivo é compreender como práticas de circulação, negociação e comercialização constituem usos materiais e simbólicos do espaço urbano. Realiza-se revisão narrativa de literatura, de natureza qualitativa, fundamentada em autores da geografia política, sociologia do trabalho e estudos culturais. Raffestin (1993) subsidia a compreensão relacional do território; Pamplona (2013), a delimitação da informalidade; Hall (2006, 2026) e Certeau (1994), as práticas culturais e identitárias; Carneiro (2023) e Soares (1996), as relações de racialização e a historicidade do trabalho feminino negro nas ruas. A síntese indica que percursos comerciais são simultaneamente circuitos de subsistência, sociabilidade e disputas pelo direito de presença. Barreiras normativas e simbólicas podem restringir acesso e reconhecimento, enquanto estratégias de mobilidade e solidariedade expressam agência e resistência. Conclui-se que a análise do comércio ambulante demanda articular precarização econômica, experiência territorial e reconhecimento social. O texto propõe categorias para futuras pesquisas de campo, sem apresentar resultados empíricos inéditos.

Palavras-chave: Trabalho informal. Mulheres ambulantes. Territorialidade. Relações de poder. Identidade cultural.

1 Artigo vinculado à Dissertação de Mestrado acadêmico, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (FNNT, 2025).

2 COMO CITAR: (ABNT): DIAS, I. S. Trabalho Invisível, Resistência Visível: Territorialidades e Relações de Poder no Comércio Ambulante Feminino em Araguaína, Tocantins. **JNT Facit Business and Technology Journal**. Qualis A2. ISSN: 2526-4281, Mês de Outubro de 2026 - Ed. 78. VOL. 01. Págs. 270-286. Disponível: http://revistas.faculdadefacit.edu.br. Acesso em: ___/___/___.

ABSTRACT

This theoretical article examines territorialities produced by women street vendors in Araguaína, Tocantins, Brazil, focusing on informal work, power relations, gender, race and cultural identity. Through a qualitative narrative review, it brings together political geography, labor sociology and cultural studies. Raffestin (1993) provides a relational understanding of territory; Pamplona (2013) discusses informality; Hall (2006, 2026) and Certeau (1994) illuminate cultural practices and identity; Carneiro (2023) and Soares (1994) contextualize racial hierarchies and the historical presence of Black women in street commerce. Commercial routes are interpreted as livelihood circuits, social networks and arenas of negotiation over legitimate urban presence. Formal and symbolic barriers may restrict access and recognition, whereas mobility, communication and cooperation express agency without erasing precarious working conditions. The article proposes conceptual categories for future empirical research and does not claim original fieldwork findings.

Keywords: Informal work. Women street vendors. Territoriality. Power relations. Cultural identity.

INTRODUÇÃO

O comércio ambulante feminino representa uma atividade econômica e uma prática de produção do espaço urbano. Ao escolher percursos, oferecer mercadorias e estabelecer interações com consumidores, proprietários e autoridades, trabalhadoras constroem territorialidades que nem sempre encontram reconhecimento institucional. A cidade de Araguaína, polo de comércio e serviços no norte do Tocantins, constitui o recorte contextual desta reflexão.

O problema central é compreender de que modo relações de poder condicionam o acesso das mulheres ambulantes a espaços públicos e privados e como estas constroem estratégias de permanência e resistência. O objetivo geral é interpretar as territorialidades do comércio informal feminino mediante conceitos de trabalho, território, cultura e identidade. São objetivos específicos discutir a informalidade; examinar fronteiras espaciais e simbólicas; relacionar gênero e raça aos regimes de reconhecimento; e organizar um modelo conceitual para orientar estudos posteriores.

A Reforma Trabalhista de 2017 e a pandemia de covid-19 compõem o contexto histórico recente, mas não se assume que tenham causado diretamente a situação ocupacional de cada trabalhadora. A informalidade precede esses eventos e exige

compreensão estrutural e histórica. A hipótese teórica é que a visibilidade das mulheres no circuito de vendas pode coexistir com sua invisibilidade como sujeitos de direitos e interlocutoras legítimas na gestão urbana.

Considerando esse contexto desafiador, emerge a necessidade de compreender as territorialidades das mulheres vendedoras ambulantes no cenário pós-reforma trabalhista, especialmente em cidades em franca expansão, que estão experimentando um rápido crescimento populacional, econômico e urbano, mas com desigualdades sociais também acentuadas. Dados do IBGE apontam entre 2010 e 2022, a população de Araguaína cresceu aproximadamente 13,8%, o que representa um aumento de cerca de 20.817 pessoas. Já de 2022 para 2024, a estimativa aponta um crescimento adicional de 10.192 habitantes, equivalente a um aumento de aproximadamente 5,95% em dois anos. Diante disso, é oportuno questionar as relações de poder entremeadas entre os diversos espaços de convivência do município, como os 178 de bares e restaurantes que representam o território para o comércio exercido por essas profissionais informais, assim como pelos familiares que lhes acompanham.

Uma vez que a pesquisa parte de uma perspectiva interdisciplinar sobre o comércio informal feminino, notadamente as vendedoras ambulantes, com o olhar voltado para cultura e território, esta é relevante tanto do ponto de vista acadêmico quanto científico e social. Ao se fomentar um diálogo que mobilize o assunto em diferentes áreas do conhecimento e rompa com a hierarquia dos saberes, espera-se que, com a colaboração de teóricos de diferentes áreas como a sociologia, antropologia, economia, entre outras, se proporcione uma visão abrangente e multidisciplinar.

Nesse sentido, a pesquisa interdisciplinar nessa área contribui para ampliar o conhecimento sobre o comércio informal feminino, considerando suas particularidades e desafios em diferentes contextos urbanos e sociais, especialmente ao se estudarem as relações de poder que compõe seus espaços. Do ponto de vista social, a pesquisa interdisciplinar tem implicações importantes para o desenvolvimento de políticas públicas e ações voltadas para a promoção de condições de trabalho dignas, inclusão social e desenvolvimento local sustentável, podendo fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que considerem as particularidades do comércio informal feminino, incluindo aspectos culturais e territoriais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa teórica, com abordagem qualitativa e revisão narrativa de literatura. O corpus parte dos conceitos e referências mobilizados no documento na

Dissertação de Mestrado de Iago Silva Dias, reorganizados em cinco eixos: trabalho informal; território e poder; práticas cotidianas; cultura e identidade; gênero e raça. O procedimento consiste na leitura interpretativa, aproximação crítica de conceitos e formulação de proposições analíticas sobre Araguaína. Esta estratégia não equivale a revisão sistemática e não permite estimar frequências ou generalizar experiências individuais.

INFORMALIDADE E COMÉRCIO AMBULANTE

Para fins de delimitação da pesquisa, compreende-se o trabalho informal tal qual Pamplona (2013), isto é, um conjunto de unidades de produção não tipicamente capitalistas (critério da forma de organização da produção). As unidades produtivas informais inserem-se no interior do capitalismo, mas não se caracterizam como tipicamente capitalistas. O conjunto dessas atividades compõe o chamado setor informal.

Nesse conjunto de atividades observa-se pouca ou nenhuma distinção entre a figura do trabalhador e a do proprietário dos meios de produção: em geral, o dono atua diretamente na produção, contando com o apoio de familiares e, eventualmente, de poucos empregados. O assalariamento, portanto, não constitui a base do funcionamento. Além disso, essas unidades não operam tendo a taxa de lucro como elemento central, mas sim o rendimento total obtido pelo proprietário. A prioridade está na subsistência familiar, e somente em seguida surgem preocupações com a continuidade do negócio ou com possíveis retornos de investimento.

Na literatura internacional, os ambulantes são comumente classificados na categoria "comerciantes de rua" (*street vendors*). Todavia, este trabalho rejeita a equivalência entre os termos "ambulantes" e "comerciantes de rua", uma vez que, entre as duas categorias, as dinâmicas, abordagens e estilos de vida possuem diferenças significativas. Os comerciantes de rua podem ser considerados feirantes, "donos" de bancas ou barracas com locais fixos e delimitados de atuação, que utilizam o sistema de venda direta. Por conseguinte, os ambulantes se deslocam com maior frequência pelos espaços urbanos, almejando a conquista de territórios, ensejando experiências e práticas diferentes em sua atuação no comércio informal. A partir dessa condição, tem-se a importância do território no estudo dessas dinâmicas, como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento.

Dito isso, neste trabalho entendemos “ambulante” conforme apresentado por Pamplona (2013, p. 230). Trata-se de uma trabalhadora geralmente autônoma que comercializa diretamente com o consumidor (varejo) produtos variados,

frequentemente de menor valor, ou oferece serviços, principalmente de alimentação, em locais públicos como ruas, calçadas, praças e jardins. Essas trabalhadoras operam fora de estabelecimentos comerciais, tendo como característica principal a mobilidade, deslocando-se carregando suas mercadorias, com ou sem autorização oficial.

Pamplona (2013) mostra que o conceito de informalidade abriga situações diversas. A distinção entre comerciantes de rua com pontos fixos e pessoas que se deslocam por diferentes locais constitui uma ferramenta analítica, mas não uma classificação estanque. No cotidiano, as modalidades podem se combinar. O trabalho informal não elimina saberes profissionais: escolha de horários e produtos, cálculo de custos, comunicação com clientes e elaboração de redes de confiança também são formas de conhecimento.

Uma perspectiva sensível ao gênero considera que jornadas de cuidado não remunerado podem limitar deslocamentos e horários, e que renda, raça, idade e arranjos familiares diferenciam trajetórias. Sem pesquisa direta não se pode presumir que todas as ambulantes compartilham idênticas condições ou experiências de discriminação.

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E RELAÇÕES DE PODER

Raffestin (1993) considera que o território se incorporaria à apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores e que o conceito de território gira em torno do jogo de poder entre os atores que atuam num espaço, e como resultado dessas relações de poder, se definiria uma identidade relacionada a limites geográficos. O território, portanto, surge como resultado de uma ação social, neste caso o trabalho, se apropria de um espaço (tanto física quanto simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social.

Na construção cultural e identitária do vendedor ambulante, portanto, essa fronteira simbólica ganha limites territoriais cujas identidades estão formadas com base em relações socioculturais, isto é, considera-se a pretensão da pesquisa voltada também para questionar uma prática de invisibilização dessas vendedoras e estudar territórios que não são frequentados ou mesmo evitados por elas, em razão de pretensas relações de poder que, em nossa visão, constituem "barreiras invisíveis" que as impedem de exercer seu trabalho em determinados espaços desta cidade. Nesse sentido, pode-se compreender o território na visão de "[...] espaço onde se projetou o trabalho [...] e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder" (Raffestin, 1993, p. 144).

O poder, segundo Raffestin (1993), não é uma substância ou objeto, mas uma relação que ocorre em sistemas de interação mediados por elementos materiais ou imateriais. Seu objetivo é dominar homens e coisas, controlando população, território e

recursos, sendo percebido apenas através de relações que o estruturam e o conectam ao espaço, pois "[...] presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem" (Raffestin, 1993, p. 52).

Conforme explica Raffestin (1993, p. 143), espaço e território não são sinônimos. O território é o resultado da ação conduzida por um ator sintagmático, que em nosso caso consiste no vendedor ou vendedora ambulante, em qualquer nível. A apropriação do espaço por parte do ator (que nesse caso o faz abstratamente) é que "territorializa" o espaço. Ou seja, tem-se que bares, restaurantes, espaços públicos ou privados em que as "barreiras" não podem ser transpostas pelo ambulante consistem meros espaços, enquanto os lugares em que circulam e projetam o seu trabalho (mesmo que à contenda do poder exercido) torna-se território, "[...] uma produção, a partir do espaço" [Raffestin, 1993, p. 144).

O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou o trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original [...] o território é a prisão que os homens constroem para si (Raffestin, 1993, pp. 143-144).

Nesse sentido, é possível compreender o que nos trouxe Raffestin (1993), quando trabalha o quão dispendioso é o domínio de um território em termos de energia. Esse geógrafo nos diz que a quantidade de informação pode ser medida pela quantidade de energia necessária para transmitir uma unidade de informação.

Essa conexão fundamental entre energia e informação é crucial para entender como a comunicação e o processamento de dados funcionam eficientemente. "[...] O domínio de um território supõe a transmissão de informação, a relação com a energia é muito significativa, sendo que o controle real depende, entre outras coisas, da energia à disposição" (Raffestin, 1993, p. 44).

Por conseguinte, a presença dos vendedores ambulantes em espaços privados pode ser vista como uma reivindicação de território. Eles desafiam a ideia de que certos espaços são inacessíveis, forçando uma "[...] reavaliação constante dos limites entre o público e o privado, pressionando a construção de mais uma [...] prisão" (Raffestin, 1993, pp. 143-144) permeada por relações de poder. De igual modo, ao conseguirem vender em espaços aparentemente impenetráveis, mostram, na prática, que essas barreiras podem ser transpostas, mesmo que temporariamente e mesmo que dentro de um "universo próprio" tal qual trazido por Soares (1996, p. 71).

O ato de vender, portanto, não é apenas uma questão econômica, mas também uma prática política, social e espacial. É uma negociação (energia) constante com o

território, uma dança entre conformidade e resistência, que revela muito sobre as dinâmicas de poder e acesso nos diferentes espaços urbanos. De acordo com as proposições de Foucault, destacadas por Raffestin: "[...] onde há poder, há resistência [...]" (1993, p. 54). Todavia, enquanto Raffestin (1993) compreende o território como produção social mediada por relações de poder, Carneiro (2023) nos lembra que essas relações são atravessadas por dispositivos de racialidade que estruturam quem pode ou não habitar determinados territórios como sujeito pleno.

O pensamento de Raffestin (1993) sobre redes, tessituras e território pode ser relacionado de forma profunda ao comércio ambulante. Para os ambulantes, a representação do espaço não é apenas uma questão física, mas também uma estratégia de ação e interação dentro do ambiente urbano. Eles não apenas ocupam fisicamente pontos estratégicos nas ruas, mas também estabelecem nós de comércio onde interagem com clientes, concorrentes e autoridades municipais. Esses pontos de venda e interação formam redes dinâmicas que conectam diferentes locais e pessoas através do fluxo de mercadorias, informações e relações sociais.

A prática espacial dos vendedores, mesmo sendo muitas vezes informal e adaptativa, resulta em uma produção territorial. Isso significa que eles não apenas ocupam espaços, mas também os transformam e adaptam conforme suas necessidades e estratégias de mercado. A tessitura desses territórios ambulantes é formada pela complexa interação entre os pontos de venda, os percursos dos vendedores, as interações com clientes e os ajustes necessários para lidar com desafios como regulamentações municipais e competitividade local.

A distância, como conceituada por Raffestin (1993), não se limita à física, mas abrange também as interações políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorrem entre os vendedores ambulantes e seu entorno urbano. As interações criam sistemas de malhas e redes que se entrelaçam no espaço, definindo de maneira única o território ambulante. Assim, o autor também corrobora a possibilidade de compreender o comércio ambulante não apenas como uma atividade econômica, mas também como um processo complexo de produção territorial que molda e é moldado pelas dinâmicas urbanas contemporâneas.

Diametralmente opostas às redes de conexão, na qual os elementos estão interligados por fluxos contínuos de interação, comunicação ou movimento, temos as redes de disjunção, em que a estrutura espacial contém elementos separados ou desconectados uns dos outros. Por isso, onde há fragmentação ou isolamento espacial, há uma rede de disjunção. Isso pode ocorrer devido a barreiras físicas, como estruturas urbanas segregadoras, ou as já mencionadas barreiras sociais e econômicas impostas

pelos atores dominantes, que limitam o acesso e a interação entre diferentes partes de um espaço urbano. Isso se dá porque "[...] toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder dos atores dominantes" (Raffestin, 1993, p. 157).

Com efeito, uma rede de disjunção se percebe quando os ambulantes enfrentam restrições de mobilidade ou acesso a determinadas áreas da cidade, devido a regulamentações municipais mais rígidas ou quando os espaços privados exercem poder suficiente para que estes sejam segregados, impedidos de "territorializar" por força das fronteiras/barreiras (invisíveis) construídas pelo poder.

A distinção de Raffestin (1993) entre espaço e território orienta a análise: o território resulta de ações e relações, não sendo apenas um suporte físico. Circulação, negociação de entrada, permanência e recusa revelam distribuições desiguais do poder. A categoria de barreiras invisíveis, proposta no texto-base, designa possíveis fronteiras simbólicas produzidas por estigmas, códigos de pertencimento e formas seletivas de reconhecimento.

Há, entretanto, uma diferença metodológica fundamental entre restrições legalmente estabelecidas, decisões de gestão de espaços privados e práticas discriminatórias. As três dimensões não são equivalentes; comprovar sua incidência requer observar situações específicas, ouvir as mulheres e examinar regras aplicáveis. Desse modo, a análise não transforma todo conflito comercial em evidência automática de discriminação.

CULTURA AMBULANTE, PRÁTICAS E IDENTIDADE

Em virtude dessas circunstâncias, não há como deixar de se observar que existe um conjunto de práticas, valores, conhecimentos e modos de vida que são desenvolvidos em torno dessa atividade. Os profissionais informais desempenham um papel não só econômico, mas também cultural e social nas comunidades urbanas. Pensamos, então numa cultura ambulante, já que "[...] a ligação economia-cultura não é fortuita, pois todo fenômeno cultural é sustentado pelas relações econômicas" (Raffestin, 1993, p. 193).

A cooperação visando a sobrevivência e a segurança de seus produtos faz com que esses atores desenvolvam códigos e sinais específicos para se comunicarem entre si, especialmente em ambientes movimentados onde a comunicação verbal pode ser difícil. Esses códigos podem incluir sinais com as mãos para indicar a chegada de clientes, a necessidade de ajuda ou para alertar sobre a presença de fiscalização.

A entonação da voz também é um elemento crucial na comunicação. Eles modulam o tom de voz para transmitir entusiasmo, confiança e credibilidade, ajustando-o conforme a situação e a reação do cliente. Como dito, a repetição de certas palavras e

frases é outra técnica comum, usada para reforçar a mensagem e garantir que ela seja ouvida em meio ao ruído ambiente.

Sendo assim, é inegável que esse grupo de indivíduos produzem significados coletivamente e os compartilham ativamente. De acordo com Hall (2016), cultura não se trata unicamente de um conjunto de coisas que representam um grupo, mas sim um conjunto de práticas. Para o autor, é a produção e o intercâmbio de sentidos que possibilita afirmar que os dois sujeitos pertencem à mesma cultura. Isso se dá porque eles interpretam o mundo e produzem sentidos da mesma forma ou de modo semelhante.

Essa cultura ambulante também herda traços de um passado histórico de resistência negra e feminina, como apontado por Soares (1996) ao estudar as ganhadeiras. A linguagem simbólica, os códigos coletivos e os saberes compartilhados entre as vendedoras ambulantes atuais se articulam com aquelas práticas de circulação, venda e autonomia construídas no século XIX pelas mulheres negras que ocupavam estrategicamente os espaços urbanos para sustentar suas famílias e afirmar sua presença em uma sociedade escravista e excludente. Há, portanto, uma continuidade histórica que reforça a dimensão cultural e política dessa prática comercial.

A rede de significados criada entre ambulantes não apenas permite sua adaptação ao ambiente urbano, mas revela a constituição de uma cultura negra de resistência que se ancora em práticas de circulação, oralidade, solidariedade e negociação simbólica. Essas práticas, muitas vezes invisibilizadas, resistem à violência epistêmica que, como alerta Carneiro (2023), opera na negação das epistemologias negras e populares no espaço público urbano. Reconhecer essas práticas como legítimas formas de cultura e conhecimento é essencial para superar leituras romantizadas ou meramente economicistas da informalidade.

No contexto das dinâmicas culturais entre os ambulantes, observa-se a formação de um senso de identidade coletiva alimentado por referências compartilhadas, como origens sociais, regionais e linguísticas semelhantes, que operam como códigos culturais comuns. Esses códigos estruturam não apenas os modos de pensar e agir, mas também as formas de sentir, interpretar e dar sentido à experiência cotidiana. Tal como propõe Hall (2016, p. 23), “[...] membros da mesma cultura compartilham conjuntos de conceitos, imagens e ideias que lhes permitem sentir, refletir e, portanto, interpretar o mundo de forma semelhante”. Nesse sentido, o cotidiano dos ambulantes é atravessado por sistemas de representação que reforçam vínculos entre eles, ainda que, em contraste, a relação com os consumidores revele, muitas vezes, choques de percepção e valores, resultado da ausência de códigos culturais partilhados.

Uma vez evidente quão dinâmica é a interação do comércio ambulante na sociedade, promovendo um frenesi entre ocupação e vivência dos espaços públicos e privados, facilitando a inclusão social e proporcionando acesso a produtos e serviços para diversas camadas da população, podemos pensar sobre como a organização das barracas e rotas, a escolha dos produtos e a interação com os clientes são expressões de identidade, contribuindo para a diversidade cultural do ambiente urbano.

Stuart Hall, um dos mais influentes teóricos culturais, entende a identidade como um conceito fluido e em constante transformação, não fixo nem essencialista. Em vez de ser uma entidade estável, a identidade na pós-modernidade é vista como um processo contínuo de construção que é moldado pelas condições históricas, sociais e culturais. Para Hall (2006), a identidade é formada na "interseção" de práticas discursivas, significados e posições de poder. Isso significa que a identidade é sempre negociada e renegociada no contexto de relações sociais dinâmicas.

Os vendedores ambulantes assumem diferentes identidades em diferentes momentos, dependendo das demandas do ambiente ao seu redor. Por exemplo, um vendedor pode ajustar sua abordagem de venda, linguagem e comportamento dependendo do cliente, da localização (espaço ou território) ou das condições econômicas do dia. Isso reflete a ideia de Hall de que a identidade é uma "celebração móvel", concepção que se aplica à mobilidade inerente ao comércio ambulante, sempre em transformação em relação às representações culturais e interpelações que encontram.

Hall (2006) também enfatiza a ideia de que a identidade é uma construção discursiva. Ela não existe independentemente do discurso, mas é criada e sustentada através dele. Assim, as narrativas e representações culturais desempenham um papel crucial na formação da identidade. A fragmentação da identidade, portanto, é evidente na vida dos vendedores ambulantes. Eles podem experimentar identidades contraditórias, como ser um empreendedor independente enquanto enfrenta a marginalização econômica e social. As múltiplas identidades que assumem não são unificadas ao redor de um "eu" coerente, mas são respostas adaptativas às exigências imediatas e variáveis de seu ambiente (Hall, 2006).

Aplicando o pensamento de Stuart Hall à ideia de uma "identidade ambulante", especialmente no contexto dos vendedores ambulantes, podemos entender que essas identidades são formadas e reformuladas constantemente através das interações cotidianas, das negociações econômicas e das práticas culturais. Os vendedores ambulantes operam em espaços públicos onde múltiplas culturas, classes sociais e histórias se encontram. Suas identidades são moldadas pelas complexas dinâmicas de

poder, pela mobilidade espacial e pela necessidade de adaptação a diferentes contextos e demandas dos consumidores.

Nesse sentido, compreendemos a cultura ambulante como o conjunto de práticas, valores, estratégias e conhecimentos compartilhados pelos vendedores ambulantes enquanto grupo. Um fenômeno coletivo que engloba elementos como os métodos de organização, as rotas de circulação, os códigos de comunicação verbal e não verbal, e as práticas comerciais adaptadas ao ambiente urbano. Esses aspectos criam um senso de pertencimento e conexão entre os vendedores, estabelecendo uma herança cultural própria e distinta. Ademais, como vimos em Hall (2016), essa cultura, não é estática, mas moldada e reconfigurada continuamente pelas condições socioeconômicas e interações com consumidores e autoridades.

Por outro lado, a identidade ambulante está ligada ao indivíduo e à sua experiência subjetiva e fragmentada no contexto do comércio ambulante. Inspirada pelas ideias de Stuart Hall, a identidade ambulante é fluida, moldada pelas condições históricas, culturais e sociais, e continuamente negociada no dia a dia. Trata-se de um processo dinâmico que reflete a necessidade de adaptação às demandas do ambiente, às interações com diferentes clientes e às pressões do espaço urbano, algo perceptível no contexto pós-reforma trabalhista de 2017 e da pandemia do covid-19 em 2020. Assim, enquanto a cultura ambulante proporciona uma base comum para a prática coletiva, a identidade ambulante é mais fragmentada e variável, moldada pelas experiências únicas de cada vendedor em diferentes contextos.

Esses conceitos entram se conectam ao considerar as diferenças culturais entre vendedores e consumidores. Enquanto a cultura ambulante sustenta práticas coletivas que permitem a ocupação de espaços e o enfrentamento de desafios, a identidade ambulante revela as adaptações individuais necessárias para navegar as relações de poder que frequentemente colocam os vendedores em posição de desvantagem frente aos clientes.

Por exemplo, a tensão surge quando consumidores de maior poder aquisitivo, que ocupam os espaços como clientes, entram em conflito com os ambulantes, cuja necessidade de subsistência os leva a desafiar essas dinâmicas territoriais. Portanto, enquanto a cultura ambulante representa a força coletiva, a identidade ambulante reflete a luta individual de cada vendedor para sobreviver e se afirmar em um contexto marcado por desigualdades e vulnerabilidades.

A “identidade ambulante” precisa constantemente de adaptar suas práticas, discursos e até suas autopercepções para se adequar às novas situações, às diferenças e desafios que encontram. “A diferença é marcada por representações simbólicas que

atribuem significado às relações sociais [...]" (Hall, 2006, p. 54). Esta adaptabilidade é, em si, uma forma de identidade que se configura pela flexibilidade e pela capacidade de negociar e ressignificar a própria existência em um espaço urbano dinâmico. Assim, conclui-se que a identidade dos vendedores ambulantes é um processo dinâmico e relacional, formado na interseção de diversas influências e práticas discursivas que refletem a natureza complexa e mutável da vida urbana.

Em diálogo com Certeau (1994), a escolha de itinerários, a adaptação da fala e a apresentação das mercadorias podem ser compreendidas como táticas de sujeitos que atuam em lugares não integralmente controlados por eles. Essa inventividade não deve ser romantizada: a necessidade de adaptação pode expressar também insegurança econômica e restrições permanentes.

Para Hall (2006, 2016), identidade e representação são processos históricos e relacionais. A expressão "identidade ambulante" é adotada como categoria analítica, não como essência uniforme. Uma trabalhadora pode afirmar simultaneamente identidades ligadas a ocupação, família, bairro, raça e pertencimentos comunitários. Tais posições são negociadas nas interações cotidianas e influenciam a forma como sua presença é percebida.

GÊNERO, RAÇA E RESISTÊNCIA HISTÓRICA

A história do comércio ambulante no Brasil está profundamente entrelaçada com os processos de resistência e sobrevivência de grupos subalternizados, especialmente mulheres negras. Como pode ser visto a partir do estudo das ganhadeiras de Salvador no século XIX, realizado pela pesquisadora Cecília Moreira Soares, desde o período colonial, a informalidade foi uma alternativa para os sujeitos excluídos do mercado formal, sendo protagonizada, em muitos casos, por mulheres negras escravizadas ou libertas que utilizavam o comércio como estratégia de sustento e conquista de uma pretensa autonomia (Soares, 1996).

Essas mulheres, majoritariamente negras, desenvolviam atividades comerciais em espaços urbanos, vendendo alimentos e serviços diversos, atuando como agentes econômicas centrais na sociedade da época. O sistema de ganho, no qual escravizadas podiam exercer atividades remuneradas e reter parte do lucro, possibilitava a construção dessa relativa autonomia e, em alguns casos, a compra da própria alforria (Soares, 1996).

Além de circularem com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, as ganhadeiras ocupavam ruas e praças da cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, onde vendiam de quase tudo. Ademais,

> [...] O mapeamento dos pontos de venda das negras mostra que estavam espalhadas pela cidade em locais estratégicos. Encontravam-se em áreas de intensa movimentação comercial, como a praça do Comércio e o Caes Dourado, mas também em áreas de caráter residencial [...]. (Soares, 1996, p. 62).

As ganhadeiras, portanto, subverteram a lógica da dominação ao ocupar o espaço urbano com suas vozes, corpos e mercadorias, construindo redes de solidariedade e estratégias de resistência que ecoam até os dias de hoje. Essa raiz histórica evidencia que a informalidade, especialmente quando protagonizada por mulheres negras, não é um fenômeno recente ou meramente conjuntural. É uma prática que se inscreve em processos históricos de exclusão, mas também de luta por presença e pertencimento nos territórios urbanos, em meio às relações de poder.

No entanto, sob uma perspectiva que articula as dimensões de gênero e raça, a filósofa e escritora Sueli Carneiro, na obra "Dispositivo de Racialidade", propõe uma leitura do poder a partir da experiência da mulher negra, compreendendo que o racismo estrutural constitui um dispositivo que opera tanto na exclusão material quanto simbólica dos corpos negros. Para Carneiro (2023), o poder não está apenas na estrutura formal do Estado ou das instituições, mas se manifesta também nas práticas discursivas, nos estigmas, na negação do humano e na deslegitimação da presença negra em determinados espaços.

Essa abordagem é fundamental para entender como a presença das vendedoras ambulantes negras nos espaços urbanos é constantemente tensionada. Não se trata apenas da informalidade enquanto ausência de regulamentação, mas de uma informalidade racializada e generificada, marcada por camadas de opressão que operam na tentativa de invisibilizar, criminalizar ou normatizar suas existências. As estratégias utilizadas por essas mulheres para acessar os territórios, desde o conhecimento dos fluxos urbanos até a forma de abordagem dos clientes, revelam não apenas táticas de sobrevivência, mas também formas de resistência a um ordenamento urbano que frequentemente lhes nega o direito à cidade.

Portanto, o comércio ambulante praticado por essas mulheres não pode ser reduzido a uma atividade econômica marginal. Mais à frente, ao inserirmos essa discussão dentro do campo das territorialidades e das relações de poder, é possível compreender como essas mulheres redesenham os limites da cidade, imprimem seus modos de vida nos espaços urbanos e reivindicam, com seus corpos em movimento, o direito de existir, trabalhar e resistir.

Este "universo próprio" constituído pelas ganhadeiras, como descrito por Soares (1996, p. 71), pode ser lido como uma forma de produção de ordem social e saber

alternativo, algo que a perspectiva de Sueli Carneiro (2023) ajuda a entender como resistência à colonialidade do saber e à epistemologia branca dominante.

Essa multiplicidade de violências evidencia que, ao romperem as barreiras para acessar espaços considerados exclusivos, essas mulheres o fazem à custa de sua saúde física e mental, de sua segurança e, muitas vezes, de sua dignidade. Assim, é fundamental evitar a romantização de sua luta cotidiana, pois ela está profundamente marcada por esforços exaustivos e pela resistência em um cenário de desigualdade persistente, uma vez que para rompê-las é necessário um exercício constante de territorialidade.

Nesse sentido, é possível considerar que tais códigos culturais e linguagens, hoje presentes entre ambulantes, constituem também uma forma de herança e continuidade de práticas de resistência racializadas, que produzem sentidos e territorialidades fora das estruturas institucionais. Como destaca Carneiro (2023), o poder se exerce não apenas na exclusão econômica, mas no silenciamento de saberes, de linguagens e de formas de existência negras. Assim, o comércio ambulante pode ser entendido como lugar de produção de sentido e, ao mesmo tempo, campo de disputa ontológica e epistêmica.

Essa identidade, ao mesmo tempo em que responde às exigências contemporâneas, carrega também uma herança histórica de resistência. Como demonstrado por Soares (1996), as ganhadeiras, mulheres negras que atuavam no comércio ambulante na Salvador do século XIX, não apenas vendiam produtos, mas afirmavam sua existência em espaços urbanos marcados por exclusão. Essa tradição de presença e resistência se reflete nas práticas das vendedoras ambulantes atuais, que ao mesmo tempo em que constroem identidades fluidas e adaptativas, também reivindicam, simbolicamente, o legado de quem ousou ocupar espaços interditados desde a escravidão.

Além dessas adaptações individuais, é preciso reconhecer que essas identidades são também racializadas, ou seja, formadas dentro de um sistema social que atribui sentido aos corpos e práticas com base em marcadores de raça. Como aponta Carneiro (2023), o dispositivo de racialidade não apenas exclui materialmente, mas também apaga a possibilidade de reconhecimento ontológico de certos sujeitos – especialmente mulheres negras – como agentes legítimos. A identidade ambulante, nesse sentido, não é apenas fragmentada; ela é produzida sob tensão constante, marcada pela negação de existência plena em determinados espaços, onde esses corpos são, muitas vezes, tolerados apenas como presença funcional ou descartável.

É importante reafirmar que essas identidades múltiplas são também atravessadas por formas de violência epistêmica, como descreve Carneiro (2023), que

se manifesta na negação dos saberes, histórias e práticas que sustentam essa existência ambulante. Os corpos que vendem na rua, sobretudo os corpos negros e femininos, são frequentemente desautorizados não apenas por sua informalidade, mas por pertencerem a um sistema simbólico que os coloca como "fora do lugar". A fragmentação da identidade, assim, é também uma resposta à pressão histórica de apagamento cultural e existencial.

O comércio ambulante revela uma complexa relação entre cultura, território e poder, evidenciada pela mobilidade e adaptabilidade dos vendedores em espaços urbanos. Com base no norteamento fornecido por Carneiro (2023), Raffestin (1993) e Soares (1996), nossa análise do comércio ambulante destaca que mais importante do que saber onde os vendedores estão é compreender onde eles não podem ou não conseguem estar, pois esses sujeitos não têm acesso irrestrito a qualquer espaço; sua presença é delimitada por barreiras moldadas por relações de poder que determinam os limites de sua atuação.

Ainda que transformem os espaços que ocupam em territórios ao projetarem seu trabalho neles, esse processo ocorre em constante tensão com os espaços onde sua presença é negada, seja por regulamentações, vigilância ou exclusão social. A territorialização dos vendedores ambulantes, portanto, envolve não apenas a adaptabilidade e a negociação com os espaços que podem acessar, mas também a constante exclusão e as restrições de raça e gênero impostas em outros espaços, revelando a profunda desigualdade na interação entre espaço, território e poder.

Soares (1996) demonstra a importância das ganhadeiras na economia urbana de Salvador do século XIX e suas estratégias de resistência. A aproximação com o presente ilumina uma historicidade da presença feminina negra nas ruas, mas não autoriza equiparar realidades distintas. Carneiro (2023), por conseguinte, permite analisar como o dispositivo de racialidade condiciona modos de reconhecimento e desautorização de sujeitos e conhecimentos.

A articulação entre gênero, raça, classe e território oferece uma hipótese crítica: trabalhadoras podem ser vistas como agentes comerciais no instante da venda, mas não reconhecidas como produtoras de conhecimento e sujeitos capazes de participar das decisões sobre a cidade. Essa hipótese depende de validação local e de escuta cuidadosa de experiências heterogêneas.

ORGANOGRAMA CONCEITUAL E DISCUSSÃO

Figura 1: Organograma conceitual das territorialidades, relações de poder e práticas de resistência no comércio ambulante feminino em Araguaína (TO).



Fonte: Elaboração própria, com base na fundamentação teórica do artigo de Dias (2026)

A Figura 1 reúne as relações interpretativas construídas do artigo. Trata-se de síntese teórica, não de um modelo causal comprovado por dados de campo. O organograma explicita que condições macroestruturais não determinam mecanicamente resultados individuais: relações de poder e estratégias das trabalhadoras medeiam seus efeitos. A prática de venda combina circulação de mercadorias, produção de significados e disputa por acesso. Redes de apoio podem ampliar oportunidades, enquanto barreiras formais e simbólicas restringem trajetos. A produção de territorialidade é, assim, dinâmica e contraditória.

A principal consequência analítica é não reduzir as mulheres a vítimas da precariedade nem converter toda criatividade em prova de liberdade. A agência existe sob condições assimétricas. Políticas públicas devem considerar infraestrutura, diálogo com comerciantes, informação sobre direitos, proteção social e participação das próprias ambulantes na definição de soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão demonstrou a fecundidade de interpretar o comércio ambulante feminino como produção territorial e cultural. A territorialidade das vendedoras resulta dos percursos que constroem, das relações que negociam e dos limites que encontram. Seu trabalho pode ser economicamente visível e socialmente desconsiderado, sobretudo

quando hierarquias de gênero, raça e classe interferem no reconhecimento. O argumento central é que a resistência cotidiana deve ser reconhecida sem naturalizar a necessidade de resistir. O organograma integra condições estruturais, práticas comerciais, disputas de acesso e processos identitários. Como limitação, o texto não apresenta evidências empíricas próprias de Araguaína. Recomenda-se estudo de campo com entrevistas consentidas, observação ética de circuitos de venda e mapeamento de pontos de acesso ou recusa, considerando a diversidade das trajetórias femininas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 20 out. 2026.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, pp. 225-249, 2013. Disponível em: https://rebep.org.br/revista/article/view/23. Acesso em: 20 out. 2026.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia,** Salvador, n. 17, pp. 57-71, 1996. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20856. Acesso em: 20 out. 2026.